

97  
28/6/97  
25  
13-A



Floresta Amazônica: recursos naturais sob ameaça

“O GOVERNO FHC ESTÁ PROMOVENDO O RETROCESSO NA QUESTÃO AMBIENTAL”  
(De João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental)

# POLÍTICA AMBIENTAL DE FERNANDO HENRIQUE ENFRENTA ‘IRA VERDE’

POSIÇÃO BRASILEIRA DEFENDIDA NA ONU E NO ZIMBÁBUE TEM REPERCUSSÃO NEGATIVA

Patrícia Ferraz

Em meio às comemorações dos três anos do Plano Real, o presidente Fernando Henrique Cardoso enfrentará um foco de turbulência, na semana que vem, quando um grupo de ONGs (Organizações Não-Governamentais) promete divulgar um documento de críticas às ações do governo nessa área. De quebra, o presidente receberá um relato detalhado sobre a péssima repercussão, aqui e no exterior, em torno da posição brasileira nos dois encontros internacionais mais recentes (veja texto abaixo).

“O governo Fernando Henrique está promovendo o retrocesso na questão ambiental”, define João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental (ISA).

Após dois anos e meio de governo, não se encontra um ambientalista favorável à política oficial: quase todos lamentam a ausência de uma diretriz ambiental, enxergando apenas ações isoladas. “As iniciativas nessa área estão subordinadas sempre à negociação político-partidária, no mau sentido”, acusa Capobianco.

Após a frustração vivida pelos especialistas no início da gestão presidencial, quando quatro megaprojetos — absolutamente polêmicos por razões ambientais — foram incluídos entre as prioridades de governo, a sensação hoje é de que o governo caminha para trás e contra as próprias promessas de campanha.

O principal programa do go-

## Diferença entre o discurso e a prática

Ambientalistas apontam a incoerência entre o discurso do presidente na ONU e as ações de governo

“Nossa Constituição consagra os conceitos fundamentais do desenvolvimento sustentável.” (FHC)

“O principal programa de desenvolvimento do governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil em Ação, infringe a Constituição ao determinar a execução e destinar recursos para inúmeras obras com impacto ambiental sem prévia de impacto.” (Veja algumas das obras no quadro abaixo) (Roberto Smeraldi, FOE)

“Estamos elaborando, além da Agenda 21 Nacional, agendas regionais e locais.” (FHC)

“Só para ilustrar como estamos distantes de qualquer resultado prático na Agenda 21 brasileira: a primeira vez que se começou a discutir a possibilidade de elaboração da Agenda 21 brasileira foi, com cinco anos de atraso, em março deste ano, às vésperas da Rio+5. Houve uma única reunião.” (Roberto Smeraldi, FOE)

“Temos dado ênfase à coordenação de políticas econômicas ambientais. Exemplo disso é o Protocolo Verde.” (FHC)

“Para começar, o Brasil não implementou o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, compromisso firmado na Rio-92, e instância necessária à articulação política. Acabou fazendo isso às pressas, dias antes da Rio+5. No caso do Protocolo Verde, não há nenhum exemplo concreto de financiamento que tenha deixado de ser concedido por razões ambientais. Equipe do ISA contatou recentemente bancos, entre eles BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, e eles não haviam implementado mecanismos para viabilizar o Protocolo Verde.” (Capobianco)

“Destinamos 5,22% do território brasileiro (...) a parques nacionais e áreas de preservação ecológica, cifra notável sob qualquer ótica.” (FHC)

“O número correto é 4%, e não há de que se gabar. A média mundial é de 6%, o recomendado pela ONU é 10%.” (Garo Batmalian, WWF)

verno Fernando Henrique, *Brasil em Ação*, escancara a diferença de tratamento que a questão ambiental recebe nos discursos do presidente e em seus planos de ação. Boa parte das 44 obras de infra-estrutura do programa, que inclui hidrovias, gasodutos, rodovias — a maioria na região Norte —, tem forte impacto ambiental potencial, inclusive sobre áreas indígenas e unidades de conservação. E vem sendo executada sem qualquer estudo de impacto.

“E não estamos falando nem do complexo Eia-Rima, mas de simples avaliação. A questão ambiental foi simplesmente ignora-

da”, protesta Roberto Smeraldi, coordenador do Programa Amazônia de Amigos da Terra.

O *Brasil em Ação* também inclui a estrada de ligação com o Pacífico, a pavimentação da Manaus-Santarém. “Essas estradas cortam áreas indígenas e cruzam uma área de prioridade para a preservação da biodiversidade. Sem contar que, depois de prontas, poderão servir ao escoamento mais rápido e barato de madeira ilegal para a Ásia”, diz Smeraldi.

Outra preocupação é a Santarém/Cuiabá, já apelidada de nova estrada da madeira. “Ela irá ligar uma área onde ainda há grandes

recursos florestais com a maioria das indústrias paraenses de madeira. É um perigo”, diz Smeraldi.

As obras para implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, também integrantes do *Brasil em Ação* foram recentemente embargadas pela Justiça, por ação movida pelo Instituto Socioambiental. “As obras já estavam em andamento, mas não houve estudo de impacto ambiental, o que contraria a Constituição”, explica Capobianco.

Não faltam críticas também à legislação. “Todas as vezes em que o governo mexeu na legislação foi para piorar. Exemplo recente é a lei de Recursos Hídricos, em que o veto do governo impediu compensação financeira aos municípios obrigados a preservar as águas e o princípio usuário pagador. Outro exemplo é a Lei da Mata Atlântica, quando o governo tentou reduzir a área de Mata Atlântica”, lembra Capobianco.

O ambientalista Roberto Kishinami, diretor-executivo do Greenpeace, classifica o governo como “ambientalmente inadimplente” e lembra que, infringindo convenção internacional, o País importou lixo tóxico dos Estados Unidos, recentemente.

Na questão da madeira, as críticas são ainda mais veementes. “O governo declarou moratória do mogno, há um ano, suspendeu 80% dos planos de manejo, mas infelizmente, de lá para cá nada mais foi feito”, protesta Smeraldi.

## BRASIL: VEXAMES AMBIENTAIS

País que sediou Rio-92 descumpre metas e adota posições incoerentes em eventos internacionais

Em vez de tomar a frente na questão ambiental, valendo-se do trunfo de ser detentor de enorme quantidade de recursos naturais a serem preservados, o Brasil vem adotando posições que causaram espanto nos dois eventos ambientais internacionais mais recentes.

Na reunião da Convenção sobre o Comércio de Espécies Ameaçadas (Cites), encerrada no último fim de semana no Zimbábue, a delegação brasileira lutou com todas as forças — aliada à Malásia, o maior vilão do planeta em extração de madeira — para impedir a inclusão do mogno no Apêndice II da lista de espécies protegidas da Cites.

A inclusão não proibiria o comércio do mogno, apenas obrigaria sua certificação ambiental para atestar

que a madeira foi extraída legalmente, por meio de planos de manejo devidamente aprovados. A medida dificultaria a importação de madeira ilegal.

Mas, a delegação do governo brasileiro, que tinha entre seus membros um diretor da Associação de Exportadores de madeira da Amazônia, trabalhou ostensivamente contra a inclusão. Declarou voto contra minutos antes da votação e acabou provocando gargalhadas no plenário quando, encerrada a votação, um delegado brasileiro pediu a palavra e disse que o Brasil se absteve de votar sobre a inclusão do mogno. Um vexame, segundo ambientalistas que presenciaram a situação.

Nos bastidores do encontro, a

ministra de meio ambiente da Bolívia, Alejandra Lousada, que é filha do presidente boliviano, revelou aos ambientalistas que sofreu tamanha pressão, que chegou a avaliar com seu pai as consequências de um possível incidente diplomático com o Brasil, por conta das pressões da delegação brasileira. A Bolívia, segundo maior exportador mundial de mogno, foi o país que apresentou a proposta de inclusão da madeira na lista da Cites.

O discurso do presidente da República em Nova York, durante a Assembléia-Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no início da semana, também causou indignação entre os ambientalistas por conta da incoerência entre a fala e as ações de go-

verno (veja frases em destaque).

E o Brasil escapou por pouco de um novo vexame, em março deste ano, durante a Rio+5, a reunião de avaliação das metas lançadas na Rio-92. Os compromissos assumidos pelo País, na época, ficaram esquecidos durante cinco anos e acabaram retomados às pressas, apenas a tempo de evitar o constrangimento de o País sediar uma nova conferência, sem ter cumprido nenhum compromisso firmado na conferência anterior.

Assim, criou-se a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, órgão destinado a introduzir o tema ambiental nos ministérios. E começou-se a discutir, pela primeira vez, a possibilidade de criar uma agenda 21 brasileira. (P.F.)

